

Instituto São Paulo Contra a Violência

Relatório dos Auditores Independentes

**Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2011 e 2010**

Instituto São Paulo Contra a Violência

**Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2011 e 2010**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do superávit

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores do
Instituto São Paulo Contra a Violência
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Instituto São Paulo Contra a Violência** ('Entidade'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Entidade, sem finalidade de lucros obteve parte substancial de suas receitas por meio de contribuições e doações a terceiros, que somente podem ser identificados quando dos seus efetivos registros contábeis. Nossos exames nesta área abrangem exclusivamente o confronto dos valores contabilizados com os respectivos depósitos bancários.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos eventuais efeitos do assunto descrito no parágrafo **Base para opinião com ressalva**, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade **Instituto São Paulo Contra a Violência** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 19 de julho de 2011, com a mesma modificação mencionada no parágrafo base para opinião com ressalva.

São Paulo, 10 de Abril de 2012.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


José Santiago da Luz - Sócio
Contador CRC 1 SP 115785/O-9

Instituto São Paulo Contra a Violência

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio social			
	Nota explicativa	2011	2010		Nota explicativa	2011	2010
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	559.037	409.257	Empréstimos e financiamentos	8	25.890	-
Investimentos de curto prazo	4	10.000	10.000	Fornecedores		30.666	65.387
Adiantamentos a Funcionários		2.334	11.070	Obrigações trabalhistas	9	120.094	102.726
Adiantamentos a Fornecedores		7.394	-	Obrigações tributárias	10	42.946	51.101
		578.765	430.327	Outras contas a pagar		2.285	14.365
						221.881	233.579
Não circulante				Não circulante			
Depósito caução	5	50.251	32.500	Empréstimos e financiamentos	8	34.543	-
Imobilizado líquido	6	164.016	11.133			34.543	-
Intangível líquido	7	15.596	4.185				
		229.863	47.818				
				Patrimônio social			
				Superávit Acumulado	11	528.537	221.577
				Doações	11.1	23.667	22.989
						552.204	244.566
Total do ativo		808.628	478.145	Total do passivo e do patrimônio social		808.628	478.145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto São Paulo Contra a Violência

Demonstrações do superávit

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em Reais)

	Nota explicativa	2011	2010
Receitas de contribuições líquida	12	2.926.084	2.893.430
(-) Custo de manutenção de serviços	14	(1.384.891)	(1.704.122)
(=) Lucro bruto		1.541.193	1.189.308
(+/-) Despesas/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	15	(1.268.087)	(903.263)
Despesas tributárias		(102)	(120)
		(1.268.189)	(903.383)
(+/-) Resultado financeiro			
Despesas financeiras		(17.949)	(2.815)
Receitas financeiras		51.905	25.906
		33.956	23.091
(=) Superávit do exercício		306.960	309.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto São Paulo Contra a Violência

Demonstrações das mutações do patrimônio social (em Reais)

	(Déficit)/Superávit acumulado	Doações Recebidas	Total
Saldos em 31/12/2009	<u>(87.439)</u>	<u>22.989</u>	<u>(64.450)</u>
Superávit do Exercício	309.016	-	309.016
Saldo em 31/12/2010	<u>221.577</u>	<u>22.989</u>	<u>244.566</u>
Superávit do Exercício	306.960		306.960
Doações recebidas		678	678
Saldo em 31/12/2011	<u>528.537</u>	<u>23.667</u>	<u>552.204</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto São Paulo Contra a Violência

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em Reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Superávit/(déficit)do exercício	306.960	309.016
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	33.069	5.652
Doações	678	-
	<u>33.747</u>	<u>5.652</u>
Aumento e Diminuição nos ativos e passivos operacionais		
(Aumento) / Diminuição em adiantamentos	1.342	(41.301)
(Aumento) / Diminuição nos demais ativos não circulantes	(17.751)	-
Aumento / (Diminuição) em fornecedores	(34.721)	49.751
Aumento / (Diminuição) em obrigações trabalhistas e tributárias	9.213	12.316
Aumento / (Diminuição) nos demais passivos circulantes	(12.080)	-
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>(53.997)</u>	<u>20.766</u>
(Aquisições) / Venda de bens do imobilizado	(197.363)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(197.363)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento (Aquisição) de empréstimos	60.433	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>60.433</u>	<u>-</u>
Redução líquida de caixa	<u><u>149.780</u></u>	<u><u>335.434</u></u>
Caixa no início do período	419.257	83.823
Caixa no final do período	569.037	419.257
Redução líquido de caixa	<u><u>149.780</u></u>	<u><u>335.434</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Instituto São Paulo Contra a Violência (a seguir denominado “ISPCV”) é uma OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, fundada em novembro de 1997, com sede na Rua Líbero Badaró, nº 488, 5º andar, Centro, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e tem por finalidade: (a) Formular, propor e acompanhar, com a sociedade civil, programas de prevenção da violência e da criminalidade; (b) Gerar programas que contribuam para a redução da violência; (c) Articular, apoiar e disseminar as ações de entidades que já tenham programas na área de prevenção, da violência; (d) Desenvolver programas, visando melhorar a confiabilidade nas instituições de segurança e justiça, aumentando inclusive a eficiência dos agentes e das agências de controles de violência, investindo em programas que visem melhorar o desempenho dos recursos humanos dos organismos responsáveis pela redução da violência e pela segurança pública; (e) Promover ações para diminuir a criminalidade, o desarmamento da sociedade civil; e (f) Recuperar a dignidade e civilidade dos cidadãos.

Poderão ser associados do Instituto as pessoas jurídicas nele regularmente inscritas, as entidades representativas das várias classes empresariais, as universidades representadas por suas faculdades ou departamentos, os meios da comunicação por meio das empresas do setor, as sociedades civis sem fins lucrativos, as fundações, as Organizações Não Governamentais (ONGs) as fundações, centros e núcleos de pesquisas, bem como as pessoas jurídicas ou físicas identificadas com os objetivos do Instituto e que se comprometam a cumprir seu estatuto.

No transcorrer de 2011, o ISPCV não remunerou seus diretores, cumprindo as exigências legais para a manutenção da filantropia, conforme previsto pelo Decreto nº 2.536/98, sendo que suas receitas são aplicadas integralmente para atender a missão e objetivos do seu estatuto social.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras do ISPCV, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em Reais, exceto quando indicadas de outra forma. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Resolução nº 1.366/11 do CFC que aprova a NBC TG 1000 - Contabilidade para pequenas e médias empresas. A moeda funcional do ISPCV é o Real. O ISPCV adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro 2011. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

Notas explicativas da administração sobre demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em reais)

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da entidade no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

São as seguintes principais práticas contábeis adotadas para elaboração destas demonstrações financeiras:

2.2.1. Regime de escrituração contábil

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas, conforme determina a NBC T 10.19 (Entidades sem fins lucrativos) do CFC, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos, sendo as demais receitas e despesas necessárias à manutenção das atividades, registradas pelo regime de competência.

2.2.2. Caixas e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “disponíveis para venda”.

2.2.3. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

2.2.4. Imobilizado líquido

É registrado pelo custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 6, reconhecidas no resultado do exercício.

Notas explicativas da administração sobre demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em reais)

2.2.5. Intangível líquido

É registrado pelo custo histórico de aquisição e amortizado pelo método linear, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 7.

2.2.6. Obrigações trabalhistas

Representam os valores a pagar a funcionários decorrentes de salários, benefícios, provisões de férias já incorridas, os encargos incidentes sobre estas provisões e tributos retidos de prestadores de serviços entre outros.

2.2.7. Apuração do superávit/déficit

As receitas de doações são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento, momento em que são consideradas realizadas. O superávit ou déficit das atividades é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, estavam representados por:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa	269	18
Bradesco	1	1
Banco do Brasil	-	127
CDB Bradesco (a)	558.767	409.111
	<u>559.037</u>	<u>409.257</u>

(a) As aplicações financeiras são compostas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), efetuados junto à instituição financeira de primeira linha.

Notas explicativas da administração sobre demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em reais)

4. Investimentos de curto prazo

	2011	2010
Título de capitalização	10.000	10.000
	10.000	10.000

5. Adiantamentos a fornecedores

Em dezembro de 2010 O ISPCV, firmou um contrato de aluguel para instalar a nova sede do serviço disque denuncia 181, conforme cláusula XVI do referido contrato, o locador exigiu uma caução na importância de R\$ 32.500 como garantia ao fiel cumprimento ao contrato. A caução será devolvida ao ISPCV ao final do contrato em 10 de dezembro de 2015, devidamente corrigida monetariamente com base nos rendimentos atribuídos à Caderneta de Poupança, conforme prescreve o artigo 38, parágrafo 2º da lei do inquilinato. Em 31/12/2011 foi aplicado um índice de 1,0755936 com percentual de 7,5593600%, resultando no valor corrigido de R\$ 34.957.

Em janeiro de 2011 o ISPCV, firmou outro contrato de aluguel para instalar sua nova sede, conforme cláusula XVI do referido contrato, o locador exigiu uma caução na importância de R\$ 14.400 como garantia ao fiel cumprimento ao contrato. A caução será devolvida ao ISPCV ao final do contrato em 01 de fevereiro de 2014, devidamente corrigida monetariamente com base nos rendimentos atribuídos à Caderneta de Poupança, conforme prescreve o artigo 38, parágrafo 2º da lei do inquilinato. Em 31/12/2011 foi aplicado um índice de 1,0620819 com percentual de 6,2081900%, resultando no valor corrigido de R\$ 15.294.

6. Imobilizado líquido

		2011		2010	
	Taxa anual de depreciação - %	Saldo em 31/12/2011	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de informática	20	152.400	(37.491)	114.909	-
Instalações telefônicas	10	25.494	(17.910)	7.584	10.133
Máquinas e equipamentos	10	6.117	(4.412)	1.705	975
Móveis e utensílios	10	45.068	(5.250)	39.818	25
		229.079	(65.063)	164.016	11.133

Notas explicativas da administração sobre demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em reais)

6.1. Movimentação do ativo imobilizado

	2010	Adições	Baixas	Depreciação	2011
Equipamentos de informática	-	137.594	-	(22.685)	114.909
Instalações telefônicas	10.133	-	-	(2.549)	7.584
Máquinas e equipamentos	975	1.241	-	(511)	1.705
Móveis e utensílios	25	43.212	-	(3.419)	39.818
	11.133	182.047	-	(29.164)	164.016

6.2. Taxas de depreciação

A Administração do ISPCV promoveu a revisão e avaliação dos atuais percentuais de depreciação durante o exercício de 2011 e entende que os atuais percentuais de depreciação utilizados pelo ISPCV são adequados para representar a vida útil dos bens, mantendo os mesmos percentuais de anos anteriores utilizados na depreciação dos bens registrados em seu ativo imobilizado.

7. Intangível líquido

	2011			2010	
	Taxa anual de depreciação - %	Saldo em 31/12/2011	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Software	20	26.590	(13.124)	13.466	2.055
Marcas e patentes	-	2.130	-	2.130	2.130
		28.720	(13.124)	15.596	4.185

7.1. Movimentação do intangível

	2010	Adições	Baixas	Depreciação	2011
Software	2.055	15.316	-	(3.905)	13.466
Marcas e patentes	2.130	-	-	-	2.130
	4.185	15.316	-	(3.905)	15.596

Instituto São Paulo Contra a Violência

Notas explicativas da administração sobre demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em reais)

8. Financiamentos Bancários

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Leasing - Bradesco	74.490	-
(-) Encargos a apropriar	(14.057)	-
	<u>60.433</u>	<u>-</u>
Passivo circulante	25.890	-
Passivo não circulante	34.543	-

Contrato de leasing firmado com o Banco Bradesco para compra de equipamentos de informática para a nova infra-estrutura da sede. Aquisição efetuada conforme contrato de arrendamento mercantil nº 001292852, assinado em 12/01/2011, com prazo de 36 meses e contraprestação mensal de R\$ 2.979. Em janeiro de 2011 foi pago o valor residual total, no montante de R\$ 22.877.

9. Obrigações trabalhistas

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Salários a pagar	24.854	1.957
Provisão de férias e encargos	95.240	100.769
	<u>120.094</u>	<u>102.726</u>

10. Obrigações tributárias

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Encargos sociais a recolher (INSS e FGTS)	33.558	32.626
Contribuição Social sobre folha a recolher	1.117	1.086
Outros	8.271	17.389
	<u>42.946</u>	<u>51.101</u>

10.1. Outras informações relevantes sobre tributos

10.1.1. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu déficit (superávit) de acordo com o artigo 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e Lei nº 9.532/97.

10.1.2. PIS

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

10.1.3. COFINS

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento da mesma sobre suas demais receitas.

11. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pela dotação inicial diminuído/acrescido dos déficits e superávits acumulados desde a fundação do ISPCV.

11.1 Doações recebidas

Trata-se de doações recebidas de ativo imobilizado com o objetivo de assegurar o melhor desempenho das atividades do ISPCV junto à sociedade.

12. Receitas de contribuições

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas ordinárias	2.421.084	2.404.480
Receitas extraordinárias -		
Disque Denúncia - 181	505.000	488.950
	<u><u>2.926.084</u></u>	<u><u>2.893.430</u></u>

12.1. Receitas de contribuições ordinárias

Refere-se às receitas de contribuições mensais feitas pelos seus associados ao Instituto para o cumprimento das finalidades previstas estatutariamente.

12.2. Receitas de contribuições extraordinárias

Refere-se às contribuições feitas ao Instituto com a finalidade da manutenção e funcionamento do serviço Disque Denúncia 181.

13. Atividades e projetos

13.1. Ciclo de palestras, seminários e cursos.

Para atender a demanda social por projetos que contribuam para a prevenção da violência e a criminalidade, o ISPCV desenvolve atividades educacionais com a finalidade de informar e capacitar as pessoas para a adoção de medidas de prevenção, a atuação em situações de violência e o acompanhamento de programas de prevenção e redução da violência e da criminalidade, contribuindo desta forma para a transmissão à população conhecimentos e informações úteis para a formação de cidadania.

13.2. Disque-Denúncia 181

O Disque-Denúncia, serviço em funcionamento desde o ano 2000 por meio de convênio entre o ISPCV e o Governo do Estado de São Paulo, representado pela Secretaria da Segurança Pública, é o projeto mais importante levado a cabo pelo ISPCV. Tornou-se bastante conhecido e respeitado pela população. A credibilidade que garante o sucesso desse serviço gratuito é o sigilo absoluto e a garantia do anonimato do denunciante. No ano de 2005, ao ser reconhecido como serviço de utilidade pública, o ISPCV conquistou o direito de operar pelo número 181 em substituição ao 0800-156315. O número 181 está disponível para todo o Estado de São Paulo e pode ser utilizado por meio de telefone público, fixo ou celular.

A partir de 29 de janeiro, o Disque Denúncia passou a funcionar em novas instalações, com uma nova infra-estrutura tecnológica e de equipamentos, totalmente gerida pelo ISPCV, em substituição a infra-estrutura anterior que era totalmente terceirizada com a empresa de TMS Call Center. A mudança para uma infra-estrutura própria trouxe muitos benefícios operacionais, eliminando praticamente as frequentes interrupções no serviço devido a problemas técnicos.

Notas explicativas da administração sobre demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em reais)

Além disso, houve uma redução significativa nos custos de manutenção, da ordem de 33%.

13.3. Presença institucional

O ISPCV está representado institucionalmente através da participação nos seguintes órgãos e coletivos sociais:

- Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP;
- Comissão Estadual de Polícia Comunitária;
- Programa Estadual de Proteção a Testemunhas - PROVITA;
- Comissão Especial para Redução da Letalidade em Ações Envolvendo Policiais;
- Rede Nossa São Paulo, Grupo Técnico do Plano de Controle de Armas na Cidade de São Paulo;
- Gabinete de Gestão Integrada Municipal.

14. Custos de manutenção dos serviços

A composição dos custos de manutenção dos serviços, para os anos de 2011 e de 2010, é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Despesas com pessoal e encargos	1.188.530	848.801
Gastos com telemarketing	69.239	832.084
Gastos gerais	127.122	23.237
	<u>1.384.891</u>	<u>1.704.122</u>

As despesas referem-se aos gastos para a manutenção do Disque-Denúncia.

15. Despesas administrativas

As despesas administrativas incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 foram conforme segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Despesas com pessoal	539.069	538.517
Despesas com encargos	171.037	159.609
Despesas de ocupação	202.900	5.652
Utilidades e serviços	30.540	74.119
Gastos gerais	324.541	125.366
	<u>1.268.087</u>	<u>903.263</u>

16. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na nota explicativa nº 2.2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Entidade não efetuou durante o exercício aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.